



SAIMITHON G A SOUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS  
CNPJ: 22.141.801/0001-00  
End: Rodovia MG 187 KM 31 S/N Serra do Salitre/MG  
Contato: (34) 9 99518992 – (34) 3511-5051  
[sasouza@abcdocafe.com](mailto:sasouza@abcdocafe.com)/[sac@abcdocafe.com](mailto:sac@abcdocafe.com)

## AO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO – GO

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 2024044403**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO – GO**

A empresa **SAIMITHON G A SOUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 22.141.801/0001-00, com sede na Rodovia MG 187 KM 31, do município de Serra do Salitre, estado de Minas Gerais, CEP 38.760-000, representada neste ato por seu representante legal o Sr. Saimithon Gunter Alves de Souza, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.352.793, Órgão Expedidor/UF: SSP/MG e CPF nº 012.699.156-14, residente e domiciliado na Rua Abadio Nader, nº 185, - Centro, na cidade de Patrocínio, estado de Minas Gerais, CEP: 38.740-076, vem por meio deste apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** pela INABILITAÇÃO do lote 04 deste pregão, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

### DOS FATOS

No dia 30 de janeiro do corrente ano foi realizado o pregão ora em comento tendo como objetivo o “Registro de Preços” para futura e eventual aquisição de café, açúcar e água mineral, de acordo com as necessidades do município de Catalão-GO e após a sessão de lances a empresa SAIMITHON G A SOUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS ME, sagrou-se classificada em segundo lugar do lote 04, sendo então neste caso a primeira suplente.

Ocorre que após a empresa vencedora A & A INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ser considerada por essa ilustre

comissão, INABILITADA, a requerente SAIMITHON G A SOUZA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS do qual deveria ser a primeira suplente por ter sido classificada em segundo lugar, foi notificada como INABILITADA por não apresentar os documentos referente aos itens 11.2.2 e 11.2.4 do Termo de Referência, sendo consequentemente impossibilitada de exercer o seu direito classificatório.

Essa inabilitação além de não ter fundamentos na Lei, contraria os princípios da isonomia, competitividade e proposta mais vantajosa, garantidos pela Constituição Federal e pela Lei n.º 14.133/2021, pois é veemente que descredencia a proposta mais vantajosa em detrimento de qualificações técnicas pautadas pela vontade da administração, e não pela vontade da lei.

## DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### 1. Extrapola as exigências previstas no Artigo 67 da Lei 14.133/21

Art. 67. “A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será **restrita** a:”

O termo “restrita” estabelece que a relação de documentos referente às habilitações técnicas são taxativas, e não exemplificativas, o que implica que não poderão ser solicitados mais documentos que os constantes dos incisos do alegado artigo. A palavra “restrita” indica que nada além do que está previsto no artigo pode ser exigido.

O alvará de funcionamento tão somente autoriza localização e funcionamento, independentemente do segmento, não disciplina regras técnicas ou específicas acerca da comercialização ou produção de determinado bem. Descaracterizando assim o aspecto técnico almejado pela norma em discussão.

Com propriedade que lhe é peculiar Marçal Justen Filho pondera que:

*“A expressão “qualificação técnica” tem grande amplitude e significado. Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimento e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado. Isso abrange inclusive, a situação de regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão.”<sup>iii</sup>*

Deste modo, determinados nichos de mercado estão sujeitos a disciplinas legais específicas sobre regras de comercialização ou produção, exemplo típico são empresas que comercializam armas de fogo, explosivos, alimentos, bebidas e entre outras. Essas atividades estão condicionadas ao atendimento de regras singulares pertinentes ao seu segmento, sejam através de leis ou através de regulamentos executivos. Portanto, não podemos admitir que o objetivo finalístico do **art. 67, inc. IV** seja contemplar o alvará de funcionamento.

O alvará de funcionamento não é documento hábil nem legal para comprovar a experiência anterior da licitante e não tem por finalidade jurídica declarar competência técnica para a realização de um serviço ou fornecer.

O parecer nos tribunais de conta em relação ao tema proposto, mostram o entendimento da desobrigação de alvarás em habilitação licitatórias:

*“...De fato, a exigência de apresentação de alvará de funcionamento para fins de habilitação é excessiva, uma vez que a referida exigência não está prevista no rol dos*

documentos discriminados no art. 4º, XIII, Lei 10.502/02, afastando a participação dos potenciais interessados que não possuam de antemão a licença, mas tenham condições de providenciá-la se vencedores da licitação...” (grifo não original) (TCE/MG Processo nº 873370 – Primeira Câmara)

“(…) Entendendo que alvará de funcionamento não se presta como requisito de habilitação, a instrução sugere que o Tribunal determine à Central de Compras que deixe de exigí-lo nessa fase, podendo passar a condicionar a assinatura do contrato à apresentação de tal documento, mas apenas com o fim de confirmar a capacidade das instalações da licitantes, de acordo com o previsto no item 5.1 -g do edital. (...) A Lei 8.666/93 define a documentação que poderá ser exigida para comprovar habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, regularidade fiscal. A lei não prevê apresentação de licença ou alvará de funcionamento. Ademais, tal documento não se presta a comprovar qualificação técnica ou econômico financeira ou regularidade fiscal.” (grifo não original) (TC-DF Processo nº 19890/07 – Conselheira Relatora Marli Vinhadeli).

Portanto, não pode ser instrumento de inabilitação da oferta mais vantajosa para Administração Pública, pois os requisitos de habilitação técnica conforme o artigo 67 da lei 14.133/21, nenhum tipo de alvará de funcionamento ou bombeiros se presta a isso.

## **2. Violação ao Princípio da Competitividade**

A exigência na apresentação de documentos de habilitação técnica não elencado na Lei nº 14.133/21 ferem os princípios da ampla concorrência e da acessibilidade, além de afrontar o princípio da razoabilidade. Ainda assim implica na imposição de cláusula ou condição que importe em frustração do caráter competitivo do certame.

Entende-se que, se a Lei nº 14.133/21 veda a existência de qualquer cláusula ou condição que frustre o caráter competitivo, se o rol dos artigos 67 é taxativo, ou seja, não admite que a autoridade amplie suas exigências, e se a legislação específica que regulamenta a modalidade, sequer faz menção à exigência do alvará de funcionamento e/ou bombeiros, então não cabe a autoridade administrativa vedar a proposta a ela mais vantajosa, baseado em exigências não fundamentadas na Lei que orienta e governa o próprio processo.

### **3. Inabilitação Indevida**

No caso das licitações, a Lei em questão é a Lei nº 14.133/21, Lei nº 8.666/93 e demais leis em sentido estrito que tratam sobre o tema; Nesse caso, mesmo que o licitante requerente envie sua proposta sem tais documentos que a lei o desobriga, sua inabilitação não pode ocorrer exclusivamente por essa razão. O fato de um documento estranho à legislação estar no edital é razão para uma impugnação prévia, mas se não foi retirado a tempo deve ser considerado como uma mera sugestão sem força vinculativa. O licitante jamais pode ser inabilitado por não juntar um documento que foi exigido de forma ilegal no edital.

A nossa Constituição Federal vai dizer que **“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”** (art.5º).

#### 4. É Obrigatório Diligenciar antes de Inabilitar

A Lei 14.133/2021, em seu **artigo 64**, prevê a possibilidade de solicitação de documentos faltantes ou a correção de falhas que não comprometam a proposta ou a capacidade técnica e econômica do licitante.

Abaixo a decisão do Tribunal de Contas da União, via **Acórdão 1.211/2021** do TCU, vejamos:

Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)

9.4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro; (destaquei)

Essa flexibilização no procedimento de habilitação não significa, de forma alguma, negligência quanto à legalidade. Pelo contrário, é uma forma de assegurar que o interesse público seja mantido, maximizando a participação de licitantes qualificados e evitando desclassificações desnecessárias que não impactam a capacidade de execução do contrato.



SAIMITHON G A SOUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS  
CNPJ: 22.141.801/0001-00  
End: Rodovia MG 187 KM 31 S/N Serra do Salitre/MG  
Contato: (34) 9 99518992 – (34) 3511-5051  
[sasouza@abcdocafe.com](mailto:sasouza@abcdocafe.com)/[sac@abcdocafe.com](mailto:sac@abcdocafe.com)

## DO PEDIDO

**Diante do exposto, requer-se a este Ilustre Pregoeiro:**

1. O provimento do presente recurso administrativo para reconsiderar a decisão proferida em inabilitar o proponente com base no subitem 9.6.3 do Edital, e julgar procedentes as razões ora apresentadas, declarando-a Habilitada por satisfazer todos os requisitos legais previstos no Edital.
2. Que seja estipulado de forma sugestiva sem força vinculativa, um prazo até a assinatura do contrato para a empresa SAIMITHON G A SUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS ME apresentar a documentação comprobatória supracitada.

**Caso o pedido seja indeferido, requer a remessa do processo à instância superior para julgamento.**

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso,

Legalidade

E Deferimento.

Serra do Salitre, 05 de fevereiro de 2025

---

SAIMITHON G A SOUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS ME  
CNPJ: 22.141.801/0001-00  
SAIMITHON GUNTER ALVES DE SOUZA  
CPF N°: 012.699.156-14  
RG N°: 13.352.792